

A FALSA IDEIA DE QUE O BRASILEIRO ESTÁ MAIS RICO

Diego Saimon de Souza Abrantes¹

RESUMO

Pretendeu-se confrontar a ideia de que o brasileiro vem enriquecendo com o tempo, desde a criação do plano Real, dado o fortalecimento da economia e medidas estatais. Para tanto, abordaram-se alguns elementos macroeconômicos, como a inflação e a variação cambial. Através da pesquisa documental, com coleta de dados em fichas mediante a leitura seletiva, fez-se a leitura analítica dos dados e construíram-se gráficos e tabelas. Aplicações estatísticas foram necessárias, tendo-se feito cálculos de média, porcentagem, multiplicação, subtração e variação. Para edição dos dados, utilizou-se o *Microsoft Excel Standard 2016*. Descobriu-se, dialeticamente, que o poder de compra do brasileiro está corroído e piorando, pois o país não consegue aproximar o salário mínimo do salário necessário para o custeio básico de vida. A inflação e o Dólar são fortes responsáveis por isso, tendo, ao longo dos anos, o Real enfraquecido como moeda. Neste ponto, o Brasil não tem conseguido mudar esse cenário.

Palavras-Chaves: Real. Dólar. Inflação. IPCA. Salário.

ABSTRACT

It was intended to confront the idea that Brazilians have been getting richer over time, since the creation of the Real plan, because of the economic strength and state measures. For it, some macroeconomic elements were addressed, such as inflation and exchange variation. Using the documentary research method with data collection in cards through selective reading, the analytical reading of the data was carried out, graphs and tables were constructed as well. Statistical applications were necessary, with average, percentage, multiplication, subtraction and variation calculations being made. Microsoft Excel Standard 2016 was used to edit the data. It was discovered, dialectically, that the purchasing power of Brazilians is eroded and getting worse, as the country is unable to bring the minimum wage closer to the wage necessary for basic living expenses. Inflation and the Dollar are largely responsible for this, with the Real weakening as a currency over the years. At this point, Brazil has not been able to change this scenario.

Keywords: Real. Dollar. Inflation. IPCA. Wage.

¹Psicólogo/Administrador. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas. Doutorando em Administração na Universidade Estadual de Maringá. Email: diego_saimon@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa se o poder de compra da população brasileira aumentou, manteve-se ou deteriorou-se desde 1994, após a implantação do Plano Real, quando comparado ao comportamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da taxa de câmbio (US\$/R\$) e ao salário mínimo necessário apontado pelo Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Esta pesquisa estava calcada na motivação em, através do método histórico-dialético, com base na análise documental, felsear a noção de que o brasileiro está, com o passar dos anos, conseguindo enriquecer mais, com aumento relevante do poder de compra. Claramente, estava se falando da massa nacional e não dos grupos minoritários, muitas vezes bem instruídos, que têm consciência total de como produzir para vencer as flutuações da inflação e do câmbio, sem contar com as elevadas e recorrentes tributações do Brasil.

Assim, o problema de pesquisa que norteia este trabalho remete ao seguinte questionamento: a que ponto a afirmação de que “o brasileiro vem enriquecendo desde a implantação do Plano Real” é compatível com a evolução do poder de compra, do salário mínimo e dos principais determinantes macroeconômicos (inflação e câmbio)?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar, desde a implantação do Plano Real, no período 1995–2025, se houve aumento efetivo do poder de compra do brasileiro a partir da evolução do IPCA, da cotação do dólar e da relação entre salário mínimo nominal e salário mínimo necessário (DIEESE). Para tal, analisa-se, por meio de tabelas e gráficos, a série histórica de 1995-2025 do IPCA, da cotação do dólar e do salário mínimo, além de se refletir sob o peso do gasto com a cesta básica no salário mínimo. Tudo isso permite que se compare a distância entre o salário mínimo ideal e o efetivo bem como a influência do IPCA e da variação cambial do Dólar com o Real. Os achados apresentam dados que confrontam a narrativa do enriquecimento geral do povo brasileiro.

Nessa perspectiva, foi preciso entender cada elemento financeiro que constitui e tece o poder de compra do brasileiro. Afinal, se a moeda perde liquidez mais rápido do que o estado consegue prover os recursos mínimos para a qualidade de vida do povo, então o crescimento econômico, embora real, tenderá sempre a fortalecer os já fortes, distanciando ainda mais as classes sociais e criando maiores desigualdades ou “reformulando” as já existentes (Araújo, 2014; Vasconcelos; Garcia, 2014).

Portanto, foi necessário sob a ótica dos fundamentos conceituais e teóricos discutir a inflação, o câmbio, o salário mínimo, a distribuição de renda, a cesta básica e ter uma noção geral de macroeconomia. Não se intencionou, de modo algum, que este artigo se transformasse em um texto político de bases sociais. Teve-se como a base de ideação central a visão de que um país rico de verdade tem intensa circulação de sua moeda, geralmente uma moeda forte, estável, respeitada, e essa constante circulação é possível quando muitas pessoas do mesmo país são capazes de consumir em quantidade e qualidade, fazendo o conhecido “aquecimento da economia”. Para tudo isso, precisa-se gerar riqueza e para gerar riqueza, precisa-se circular a moeda (Araújo, 2014; Vasconcelos; Garcia, 2014). Dentro dessa perspectiva, depreendeu-se que o Brasil,

infelizmente, segue fortalecido como um país pobre, embora tentem rotulá-lo de outra forma.

Assim, é um enorme incômodo a constante asserção de que o Brasil é um país em desenvolvimento e, por isso, não é subdesenvolvido. Ora, no limiar das palavras, não estão todos os países “em desenvolvimento”? O rótulo de “país em desenvolvimento” não deve apagar a realidade vivida: o Brasil é um país pobre, afinal pouco importa um PIB robusto se a maior parte da população mal tem condições de adquirir a cesta básica. Que seja justo, trata-se de um país subdesenvolvido e esses fatos estão elencados neste artigo.

Este artigo está estruturado com essa introdução, três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, descrevem-se os fundamentos conceituais e teóricos abordando sinteticamente categorias como inflação, regime de câmbio e o advento do Plano Real, criado em 1994, no Governo Itamar Franco, para resolver uma das maiores crises inflacionárias do mundo. No segundo capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos que embasaram a pesquisa. No terceiro capítulo, são apresentados e analisados os dados obtidos, relacionando-os com a literatura e interpretando suas implicações, conforme o objeto de estudo. Conclui-se, por meio da análise dos indicadores macroeconômicos que o poder de compra do brasileiro, ao longo dos anos, continua sendo corroído e o valor do salário mínimo está longe do ideal.

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

2.1 A INFLAÇÃO

A inflação é um fenômeno financeiro em que os preços de produtos e serviços são reajustados para cima, ou seja, diminui-se o poder de compra da moeda. No Brasil, há diversos índices que tem o propósito de mensurar a inflação, sendo o IPCA e o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) os mais conhecidos, pois ambos atingem diretamente todo o povo brasileiro.

A lógica por trás desses índices é simples: o IGP-M, mensurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), calcula os preços gerais do mercado, o que inclui os insumos básicos que formam o mercado consumidor, isto é, contém os índices dos preços pagos por empresas, por exemplo, as matérias-primas. Como se sabe, os produtores (empresários) precisam repassar seu custo ao consumidor final. Então, há o IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja variação de preços atinge mais diretamente o consumidor final (Banco Central Brasileiro – BCB, *n.d.*; Carrara; Correa, 2012; FGV, 2016).

Logo, analisando uma espécie de lógica dos preços, é invariável a afirmação de que as flutuações de custos dos empresários acabam acarretando em flutuação de custos dos consumidores. Entretanto, há mais elementos a serem analisados quando se pensa em inflação. É necessário que se conheça a “balança” da oferta e demanda.

A metáfora é simples: a existência de demandas elevadas tende a fazer um produto vender mais, afinal o consumidor passa a consumir bastante, diminuindo sua oferta ou disponibilidade no mercado. O oposto também é válido. Esse balanço entre a oferta e a demanda faz os preços flutuarem

muito, pois, se a demanda é grande, o produto está escasso e o mercado quer lucro, tendencialmente o preço do produto subirá, tornando-o mais caro. Desse modo, aquele valor monetário de antes não será mais capaz de cobrir o novo preço do produto. Aqui, há a perda de poder de compra da moeda (Martinez; Cerqueira, 2013; Junqueira *et al.*, 2019; Vasconcelos; Garcia, 2014).

Um exemplo, cujo pesquisador viveu e ilustra bem isso, é o do pirulito de cereja *Pop!*. O adorado doce, em 2000, era vendido nas calçadas das escolas por R\$0,10 a unidade. Em 2005, o mesmo pirulito passou a custar R\$0,15. Atualmente, ele é adquirido por R\$0,50. Em alguns estabelecimentos, chega a custar mais. Essa elevação do preço é resultado da incidência da inflação sobre o pirulito, provocada, provavelmente, pela inflação dos insumos necessários para produzi-lo. Embora pareça tolo explicar o quanto a inflação afeta a vida de alguém com um exemplo desse tipo, basta imaginar esse mesmo

mecanismo incidindo sobre o pão, a carne, o frango, o leite, o açúcar, o combustível, a energia elétrica, a água, a internet, os planos de saúde, as roupas, os eletrônicos e etc.

2.2 REGIME DE CÂMBIO

É importante entender-se que o câmbio reflete o valor da moeda nacional perante moedas estrangeiras. Isso é notável em operações de compra, venda ou troca de moeda, o câmbio. Esse é um assunto que interessa, pois é inegável que o Dólar norte-americano (e não o Real) é a moeda mais importante do mundo, usada em diversas transações comerciais diariamente (Torres Filho, 2019; Vasconcelos; Garcia, 2014). Portanto, a variação de valor de um Dólar, todos os dias, mexe muito com a vida do brasileiro.

Há três meios básicos de regime cambial, conforme o quadro 01 abaixo:

Quadro 01: Regimes cambiais

Regime	Descrição
CÂMBIO FIXO	O Banco Central estabelece, previamente, a taxa de câmbio que o mercado precisará considerar em suas operações.
CÂMBIO FLUTUANTE	A taxa de câmbio muda respeitando-se a disponibilidade da moeda estrangeira no mercado, ou seja, obedece-se a oferta e a demanda.
<i>DIRTY FLOATING</i> (<i>Flutuação suja</i>)	Semelhante ao câmbio flutuante, tem sua diferenciação no fato do Banco Central intervir na oferta e demanda da moeda estrangeira, sempre que considerar necessário.

Fonte: adaptado de Vasconcelos; Garcia, 2014.

O Brasil, como é possível discernir, utiliza o modelo *Dirty Floating*. Na verdade, a maior parte dos países o usam, pois, os bancos centrais seguem interferindo, quando necessário, para não permitir que a economia se descontrole e a variação de câmbio afete muito a balança comercial. Entende-se que se isso não for feito, negociações realizadas em moeda estrangeira irão sofrer fortes variações de preços e, por conseguinte, inflação (Damill; Frenkel, 2012; Turolla; Oliveira, 2003; Vasconcelos; Garcia, 2014).

2.3 O PLANO REAL

O plano Real foi um projeto pensado e executado por Fernando Henrique Cardoso. Ele o começou quando era Ministro da Fazenda, no governo de Itamar Franco, e deu continuidade quando se tornou Presidente da República. Esse plano começou em 1994 e suscitou a moeda mais longeva da república brasileira (BCB, 2018; Ferrari Filho, 2001).

A ideia era simples: ter uma moeda forte o suficiente para lidar com a inflação brasileira que estava atingido picos de 80% ao mês. Sem forma de se proteger dessa inflação, era comum o trabalhador, logo que recebia seu salário, fazer suas compras do mês inteiro, estocando alimentos o quanto fosse possível. Essa era a maneira encontrada pelo povo para se proteger da inflação (Ferrari Filho, 2001; Grasel, 2005).

Ciente dos traumas psicológicos que esse modelo de vida já tinha causado ao brasileiro, o plano Real, no início, sem instituir uma nova moeda física, instituiu a Unidade de Real de Valor (URV), uma moeda escritural que servia para ditar os preços dos produtos, enquanto o governo fixava o câmbio a fim

de segurar fortes variações de preços. Esse passo foi uma espécie de “jogada” psicológica, pois o brasileiro passava a perceber os preços de suas compras em URV atreladas a um câmbio fixo, isto é, pareciam flutuar pouco, criando uma ilusão de que não havia mais necessidade de se fazer estoques dentro de casa, dado o medo do dragão da inflação (figura que se tornou símbolo da inflação do período). Aos poucos, as medidas protetivas contra o dragão foram parecendo desnecessárias (Araújo, 2014; Ferrari Filho, 2001; Pinheiro; Giambiagi; Gostkorzewicz, *n.d.*).

Essa ilusão mexia no comportamento dos consumidores que compraram menos em demasia, deixando a balança da oferta e demanda se equilibrar devagar. Em conjunto a isso, a URV, por ser escritural, impedia que o BCB imprimisse dinheiro, fato que desvalorizaria a moeda, já que ocorreria divisão de lastros da riqueza brasileira. Esse controle foi crucial para o apaziguamento do dragão. Com o passar do tempo, a inflação foi sendo controlada e a URV foi substituída pelo Real. Tudo isso ocorreu entre fevereiro e julho de 1994 (Ianoni, 2009; Sallum Jr., 1997).

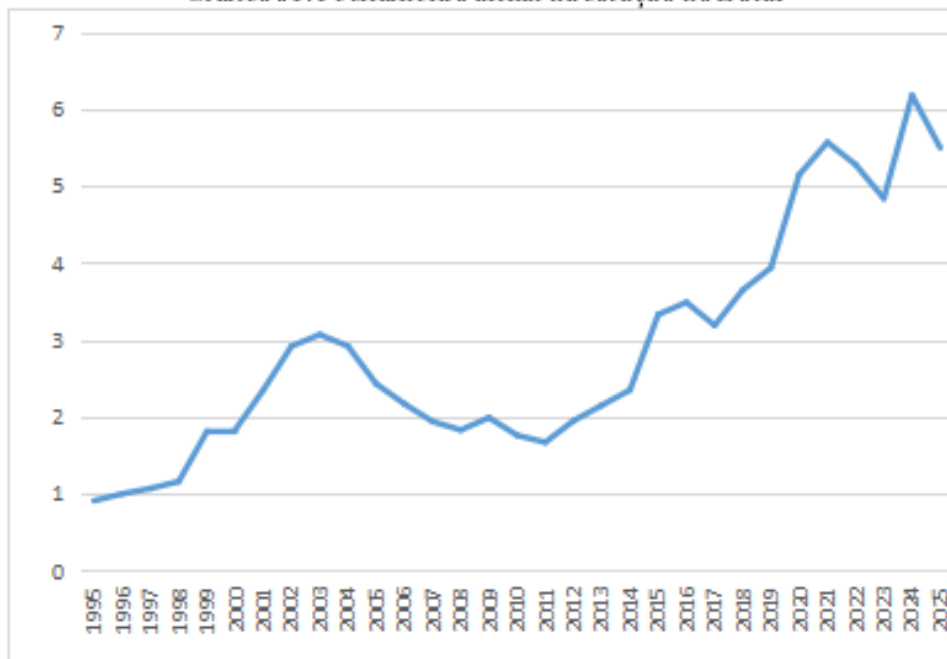
O governo da época decidiu prosseguir com o regime de câmbio fixo, porém esse modelo não é sustentável a longo prazo. Ainda assim, o Brasil insistiu no modelo até o momento em que se tornou insuportável continuar com ele. Acontecimentos no mercado internacional e desequilíbrios fiscais no país fizeram que, em 1999, se adotasse (finalmente) o regime de câmbio flutuante, ou melhor, o *Dirty Floating* (Ferrari Filho, 2001; Ianoni, 2009; Vasconcelos; Garcia, 2014).

É nesse momento que o Dólar dispara e desde então, entre oscilações ascendentes e descendentes (ver gráfico 01 que relaciona a cotação (eixo y) com o tempo (eixo x)), criou-se uma

espécie de lógica do mercado de que essa moeda *sempre* subirá de valor. Significa dizer que o Real, embora a melhor moeda que o Brasil já teve e sendo, com toda certeza, a mais estável da história do país, parece ser incapaz de se igualar ao Dólar sem o regime de câmbio fixo. Ora, a flutuação dessa moeda, a partir de

1999, passou a depender muito da capacidade produtiva do país, da geração de riqueza e renda e da confiança do mercado no estado brasileiro (Damill; Frenkel, 2012; Vasconcelos; Garcia, 2014).

Gráfico01: Fechamento anual da cotação do Dólar



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2025.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta proposta de pesquisa se caracterizou como uma revisão bibliográfica apoiada em um estudo documental e histórico crítico sobre a evolução dos indicadores macroeconômicos a partir da criação do Plano Real, ou seja, pretendeu-se utilizar registros documentais dos elementos que circundam os objetivos propostos embasada na abordagem da

pesquisa mista ou quanti-qualitativa, cooptando-se por sua discussão dissertativa (Gil, 2017). A flutuação do Real foi especificamente essencial para a consecução deste estudo.

3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão e exclusão estão dispostos, para melhor entendimento, no quadro 02, abaixo:

Quadro 02: Delimitação dos materiais de análise

Inclusão	Exclusão
Documentos oficiais publicados nas bases de dados das principais instituições públicas e/ou privadas do Brasil.	Documentos de instituições não oficializadas como instituto de pesquisa do Brasil.
Publicações técnico-científicas contendo alguma das palavras-chaves: juros; juro; IPCA; IGPM; Real; economia; política monetária; Dólar; salário; dinheiro; moeda; câmbio; inflação.	Publicações técnico-científicas que não apresentaram as palavras-chaves escolhidas.
Fontes publicadas a partir de 1995, dada a publicação da lei que dispõe sobre o plano Real, Lei n.º 9.069, datar 1995 (BRASIL, 1995).	Fontes publicadas antes de 1995.

Fonte: elaborado pelo autor, 2026.

3.2 COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com base no percurso de pesquisa descrito por Gil (2017), a coleta dos dados se concretizou através, primeiramente, da reunião das fontes de análise dentro de bancos de dados *online* e impressos, conforme critérios de inclusão. Após isso, partiu-se para a leitura seletiva, fase em que se selecionaram os dados relevantes para a temática do estudo, coletando-se as informações centrais em fichas de apontamento, isto é, organizações sumárias dos conteúdos principais de cada fonte de informação.

Com os dados postos nas fichas, fez-se a leitura analítica que serviu de base para a produção dissertativa dentro dos princípios da dialética, conforme delineamento proposto. Ainda, somado a isso, construíram-se gráficos ilustrativos que demonstraram as mudanças, desde a criação do plano Real, de determinantes financeiros que foram julgados essenciais para a ratificação da hipótese, como a inflação, o salário mínimo e a flutuação cambial, além de tabelas com as indicações dos valores da cesta básica.

Entre os modelos matemáticos e estatísticos, usaram-se: porcentagem, multiplicação, subtração e variação. Médias foram feitas para calcular alguns dados anuais que eram apresentados, originalmente, de forma mensal, como o custo da cesta básica e o salário mínimo ideal do país. Para tudo isso, utilizou-se o *software Microsoft Excel Standard 2016*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A CESTA BÁSICA

Apesar do Real ser considerado uma moeda de sucesso dentre todos os planos monetários brasileiros, quando se faz uma análise extensiva das taxas históricas que circundam a economia da nação, é possível notar que, apesar de todo o aparente sucesso, na prática do dia a dia, a moeda não tem alcançado o padrão necessário e desejado.

Intencionou-se, desde o princípio deste estudo, no apoio ao pensamento de que a apregoação política (e populista) de que o povo brasileiro tem enriquecido não é tão verdadeira assim. Por boa vontade ou não, programas assistencialistas crescem no país, mesmo a esmo da pandemia de COVID-19, e arrisca-se dizer, baseado nos dados, que esses programas devem causar a falsa sensação de maior riqueza dos brasileiros, em especial àqueles beneficiados por essas medidas (Castro *et al.*, 2009; Chaves; Gehlen, 2019; Denes; Komatsu; Menezes-Filho, 2018). Infelizmente, isso é algo que percorre a história brasileira (Castro, 2018).

Para começar, vê-se a Tabela 01. Nela, lista-se, desde a criação do Real (1995) até o último ano corrente (2025), os valores do salário mínimo e da média anual da cesta básica nas colunas 2 e 3. A quarta coluna demonstra a diferença entre ambos, exibindo-se na coluna 5 o peso (em porcentagem) que o valor de uma única cesta básica tinha frente ao salário mínimo. As duas últimas colunas demonstram, respectivamente, a inflação de cada período e a conversão do Dólar em Reais para cada ano.

Tendo se entendido isso, perceba como a cesta básica sempre tem um peso relevante dentro do orçamento das famílias brasileiras. Em 2021, por exemplo, uma cesta valia mais do que a metade de um salário mínimo (52%). A diferença entre o custo de uma cesta básica e de um salário mínimo (coluna 4) reflete a sobra que o brasileiro tem de seu dinheiro, lembrando que não entraram nesses cálculos outros custos básicos, como água encanada, energia elétrica, saúde, transporte e (por que não incluir?) *internet*. Reflita, desse modo, sobre as condições de vida daquelas famílias de pais e filhos que precisam sobreviver com apenas um provedor financeiro.

Sabe-se que os itens que compõem a cesta básica, conforme DIEESE (2021), são: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Esses itens são negociados em Dólar, portanto, o custo da cesta básica passa a ser diretamente afetado pela variação dessa moeda, além, obviamente, da inflação (Branco, 2016; Neder; Alves Filho; Souza, 2015; Santana; Sarti, 2020). Nesse ínterim, quanto mais alto o IPCA e o Dólar, mais cara e difícil fica a aquisição dos alimentos.

Tabela 01: A cesta básica ao longo da história

Ano	Salário mín.	Cesta básica	Diferença (-)	Peso	IPCA (%)	Dólar/sal.
1995	R\$ 100,00	R\$ 77,50	R\$ 22,50	77%	22,41	\$ 109,89
1996	R\$ 112,00	R\$ 81,79	R\$ 30,21	73%	9,56	\$ 112,00
1997	R\$ 120,00	R\$ 81,60	R\$ 38,40	68%	5,22	\$ 112,15
1998	R\$ 130,00	R\$ 90,02	R\$ 39,98	69%	1,65	\$ 112,07
1999	R\$ 136,00	R\$ 92,34	R\$ 43,66	68%	8,94	\$ 75,14
2000	R\$ 151,00	R\$ 99,26	R\$ 51,74	66%	5,97	\$ 82,51
2001	R\$ 180,00	R\$ 108,88	R\$ 71,12	60%	7,67	\$ 76,60
2002	R\$ 200,00	R\$ 121,70	R\$ 78,30	61%	12,53	\$ 68,49
2003	R\$ 240,00	R\$ 147,32	R\$ 92,68	61%	9,3	\$ 78,18
2004	R\$ 260,00	R\$ 151,91	R\$ 108,09	58%	7,6	\$ 89,04
2005	R\$ 300,00	R\$ 154,29	R\$ 145,71	51%	5,69	\$ 123,46
2006	R\$ 350,00	R\$ 153,05	R\$ 196,95	44%	3,14	\$ 161,29
2007	R\$ 380,00	R\$ 166,84	R\$ 213,16	44%	4,46	\$ 195,88
2008	R\$ 415,00	R\$ 205,82	R\$ 209,18	50%	5,9	\$ 226,78
2009	R\$ 465,00	R\$ 206,94	R\$ 258,06	45%	4,31	\$ 233,67
2010	R\$ 510,00	R\$ 217,28	R\$ 292,72	43%	5,91	\$ 289,77
2011	R\$ 545,00	R\$ 235,52	R\$ 309,48	43%	6,5	\$ 326,35
2012	R\$ 622,00	R\$ 255,61	R\$ 366,39	41%	5,84	\$ 318,97
2013	R\$ 678,00	R\$ 290,22	R\$ 387,78	43%	5,91	\$ 315,35
2014	R\$ 724,00	R\$ 302,69	R\$ 421,31	42%	6,41	\$ 308,09
2015	R\$ 788,00	R\$ 338,72	R\$ 449,28	43%	10,67	\$ 236,64
2016	R\$ 880,00	R\$ 399,49	R\$ 480,51	45%	6,29	\$ 252,15
2017	R\$ 937,00	R\$ 380,93	R\$ 556,07	41%	2,95	\$ 293,73
2018	R\$ 954,00	R\$ 383,62	R\$ 570,38	40%	3,75	\$ 261,37
2019	R\$ 998,00	R\$ 423,39	R\$ 574,61	42%	4,31	\$ 253,30
2020	R\$ 1.045,00	R\$ 486,32	R\$ 558,68	47%	4,52	\$ 202,91
2021	R\$ 1.100,00	R\$ 569,23	R\$ 530,77	52%	10,06	\$ 197,49
2022	R\$ 1.212,00	R\$ 675,10	R\$ 536,90	56%	5,79	\$ 229,55
2023	R\$ 1.302,00	R\$ 768,61	R\$ 533,39	59%	4,62	\$ 269,01
2024	R\$ 1.412,00	R\$ 813,46	R\$ 598,54	58%	4,83	\$ 228,48
2025	R\$ 1.518,00	R\$ 864,55	R\$ 653,45	57%	4,26	\$ 276,00

Fonte: adaptado de DIEESE, 2021, 2023, 2025; IPEA, 2023a; 2023b; 2026.

Considerando a última coluna da tabela 01, que aponta o valor do salário mínimo em Dólar, ver-se-á que quando convertido, desde 2011 (uma década inteira), o Real vem perdendo bastante valor, inclusive sua capacidade de comprar a cesta básica (coluna 3), pois, como já dito, os itens da cesta são negociados em dólar.

É fácil notar, através dessa tabela, que no começo do plano Real (1995), a equiparação entre a moeda brasileira e a norte-americana era uma realidade. Entretanto, a medida que o tempo passa e o Real perde força econômica (frente ao histórico e políticas econômicas do país), a diferença entre as moedas fica mais evidente e não se pode ignorar, sendo assim como o brasileiro, pobre ou rico, é afetado pelo Dólar. Alguns especialistas defenderiam que os resultados foram influenciados pela conjuntura da pandemia de COVID-19. Entretanto, percebe-se que a pretensa perda de poder de compra do povo já vem ocorrendo há anos, especialmente intensificado a partir de 2012, ano em que as economias globais atravessaram forte crise econômica, destacando-se acontecimentos como o agravamento da guerra na Síria e a inaptidão das Organizações das Nações Unidas em lidar com isso, a (fracassada) Rio+20, as eleições acirradas em várias potências econômicas (EUA e

Europa com destaque), os índices de desemprego europeu e a Venezuela estreando no Mercosul. Apesar disso, o ministro da Fazenda da época, Guido Mantega, alegava que o Brasil teria saído da crise sem ela “bater na porta do brasileiro” (BCB, 2012; Giraldi, 2012; Martello, 2013). Os dados das Tabelas 01 e 02, no entanto, têm outra história para contar.

4.2 O SALÁRIO MÍNIMO IDEAL

Para dar ainda mais emulsão à discussão que está sendo desenvolvida, veja na tabela 02, a diferença (coluna 4) entre o salário mínimo legalmente trabalhado no Brasil, considerando o último ano até o advento do plano Real, e o salário mínimo apontado como necessário, segundo o DIEESE (2025), para o sustento adequado de uma família brasileira de quatro pessoas.

Perceba que somente no ano passado, o salário mínimo necessário equivale a cerca de cinco vezes o salário mínimo oficial. Este fato, serve, mais uma vez, para demonstrar que o custo de vida do brasileiro, alavancado pela inflação e pela flutuação do dólar, chega a patamares alarmantes. Colocando nesta discussão somente as tabelas 01 e 02, é de fato difícil de

imaginar como uma família, com um único salário mínimo, consegue manter algum nível de qualidade de vida, especialmente se for enaltecido o incansável (e famigerado) texto constitucional, bradado fortemente em discursos sofistas de que todo o brasileiro tem o direito garantido pelo Estado à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à alimentação, ao trabalho, ao transporte, à previdência social, à proteção à maternidade e

à infância, além de assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Os dados apresentados até o momento corroboram o fracasso estatal em ofertar uma condição financeira mínima para a salubridade da vida do seu povo. Isso, infelizmente, desde a criação do plano Real, pois percebe-se que o cidadão nunca recebeu o apontado como salário mínimo necessário.

Tabela 02: Salário mínimo ideal

Ano	Salário mín.	Cesta básica	Qtas cestas	Dólar*sal.
2025	R\$ 1.518,00	R\$ 864,55	1,76	\$ 245,63
2024	R\$ 1.412,00	R\$ 813,46	1,74	\$ 253,50
2023	R\$ 1.302,00	R\$ 768,61	1,69	\$ 236,73
2022	R\$ 1.212,00	R\$ 675,10	1,80	\$ 229,55
2021	R\$ 1.100,00	R\$ 569,23	1,93	\$ 213,59
2020	R\$ 1.045,00	R\$ 486,32	2,15	\$ 215,91
2019	R\$ 998,00	R\$ 423,39	2,36	\$ 253,30
2018	R\$ 954,00	R\$ 383,62	2,49	\$ 261,37
2017	R\$ 937,00	R\$ 380,93	2,46	\$ 268,48
2016	R\$ 880,00	R\$ 399,49	2,20	\$ 264,26
2015	R\$ 788,00	R\$ 338,72	2,33	\$ 247,02
2014	R\$ 724,00	R\$ 302,69	2,39	\$ 235,83
2013	R\$ 678,00	R\$ 290,22	2,34	\$ 232,19
2012	R\$ 622,00	R\$ 255,61	2,43	\$ 213,01
2011	R\$ 545,00	R\$ 235,52	2,31	\$ 224,28
2010	R\$ 510,00	R\$ 217,28	2,35	\$ 217,02
2009	R\$ 465,00	R\$ 206,94	2,25	\$ 197,87
2008	R\$ 415,00	R\$ 205,82	2,02	\$ 191,24
2007	R\$ 380,00	R\$ 166,84	2,28	\$ 176,74
2006	R\$ 350,00	R\$ 153,05	2,29	\$ 175,88
2005	R\$ 300,00	R\$ 154,29	1,94	\$ 153,85
2004	R\$ 260,00	R\$ 151,91	1,71	\$ 134,02
2003	R\$ 240,00	R\$ 147,32	1,63	\$ 131,15
2002	R\$ 200,00	R\$ 121,70	1,64	\$ 109,29
2001	R\$ 180,00	R\$ 108,88	1,65	\$ 99,45
2000	R\$ 151,00	R\$ 99,26	1,52	\$ 85,80
1999	R\$ 136,00	R\$ 92,34	1,47	\$ 81,44
1998	R\$ 130,00	R\$ 90,02	1,44	\$ 112,07
1997	R\$ 120,00	R\$ 81,60	1,47	\$ 112,15
1996	R\$ 112,00	R\$ 81,79	1,37	\$ 112,00
1995	R\$ 100,00	R\$ 77,50	1,29	\$ 109,89

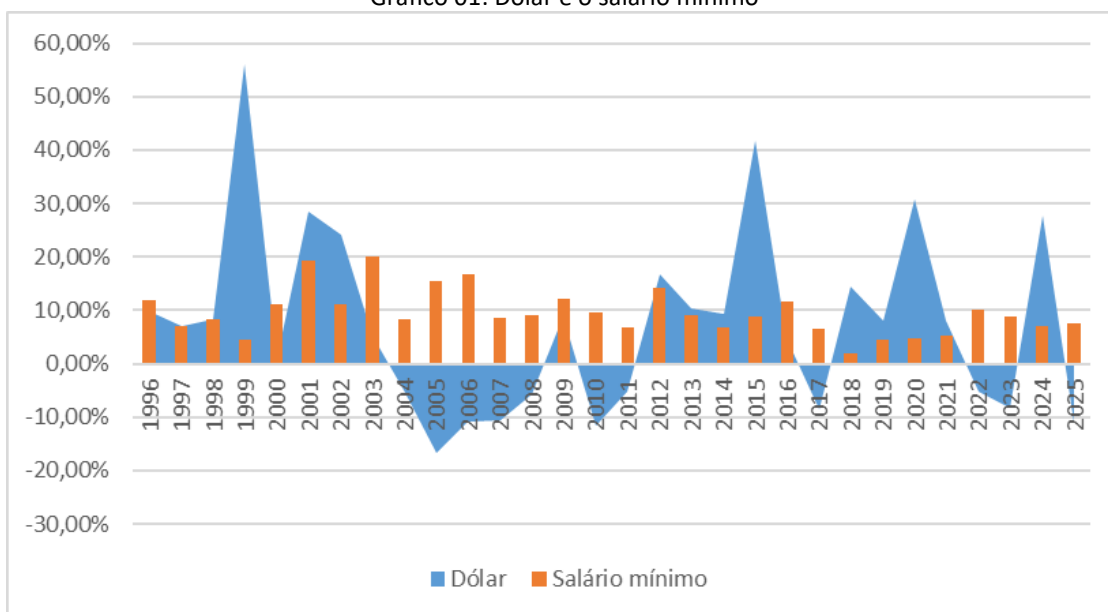
Fonte: adaptado de DIEESE, 2023; 2026.

4.3 O DÓLAR E A INFLAÇÃO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO

O brasileiro vive, em suma, com um salário muito abaixo do essencial. Sabendo disso, segue-se agora para o gráfico 01, o qual apresenta a relação da variação do Dólar com os reajustes do salário mínimo. Observe, conforme já apresentado, que a partir de 2011, a moeda norte-americana

começa a disparar, quebrando o período de baixa que atravessava desde 2003. Sabe-se que os mercados financeiros possuem ciclos, entretanto, a história demonstra que quando se tratar do Dólar, no geral, ele sempre se valoriza sobre o Real, conforme se abordará na sequência.

Gráfico 01: Dólar e o salário mínimo



Fonte: IPEA, 2023a; 2023b;

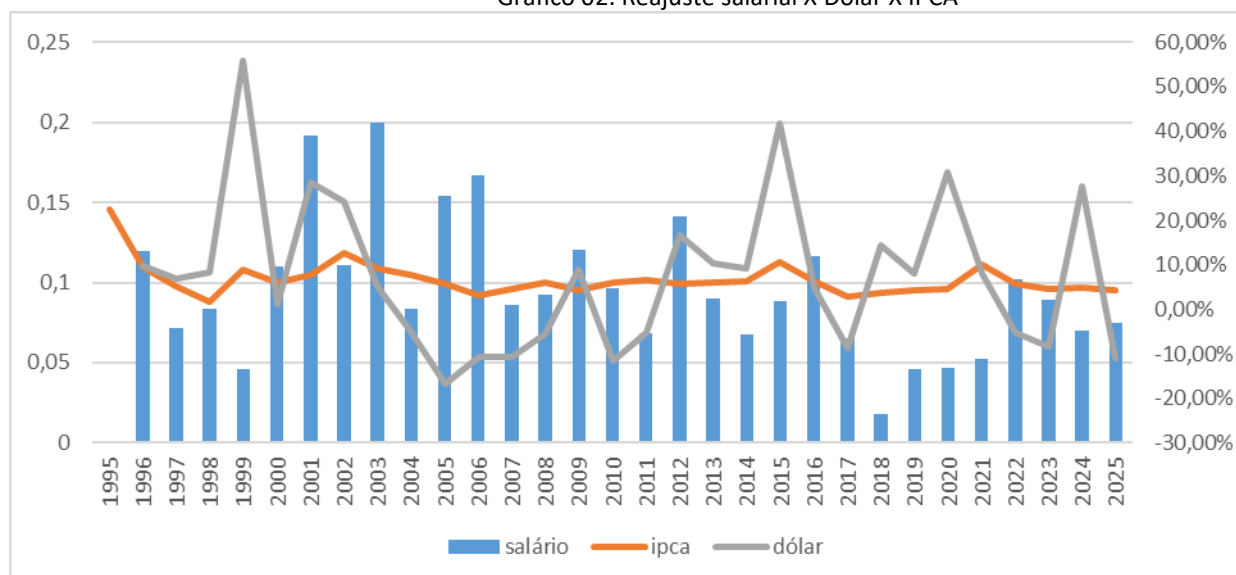
A queda do dólar percebida de 2003 até 2011 é no período do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Sua eleição, na época, embora vista de forma apreensiva pelo mercado, mostrou-se, inicialmente condizente, visto alguns acertos, como prosseguir com os objetivos do projeto do plano Real, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que tornavam o controle financeiro do Estado mais rígido (Anderson, 2011; Biancarelli, 2014).

No entanto, estabeleceu-se, entre outros fatores, como um dos elementos principais para a queda do dólar, a fortíssima elevação da Sistema Especial de Liquidação de Custódia (SELIC) – taxa básica de juros do Brasil – que no começo de seu governo estava em 24,90% e no fim foi de 10,90% (BCB, 2022). A inflação no começo do governo Lula era de 12,53% e no fim foi de 6,50% (BCB, 2022). Em outras palavras, durante os anos de 2003 a 2011, a SELIC esteve sempre em patamares elevados. Ora, é conhecido que economias fortes tem juros base baixos, alguns

até negativos, portanto, celebrar a SELIC elevada não é das medidas mais inteligentes, no entanto, na falta de educação financeira, muitos acreditam que tudo foi ótimo e ponto final (Anderson, 2011; Biancarelli, 2014; Castelar; Sicsú, 2009; Dedeca, 2012; Silva, 2021). Ocorre que, especificando-se matematicamente, ou seja, em uma ciência exata, no jargão do mercado: *a conta sempre chega*, e chegou nos anos seguintes.

Além de tudo isso, é complicado não tratar dos inúmeros programas sociais em que o governo deu dinheiro à população, “aumentando” sua capacidade de consumo e injetando mais moeda na economia. Entretanto, esse tipo de medida, embora essencial em um curto prazo, é insustentável no longo prazo (Castro et al., 2009; Chaves; Gehlen, 2019; Denes; Komatsu; Menezes-Filho, 2018). Sem isso, será que o povo realmente pode viver em condições, apregoados pelo Estado, de fortalecimento econômico, de alguma fartura? Quem está mais rico neste país?

Gráfico 02: Reajuste salarial X Dólar X IPCA



Fonte: IPEA, 2023a; 2023b;

Visualize o gráfico 02. Ele demonstra a relação do reajuste salarial do brasileiro frente à variação do Dólar e do IPCA. Percebe-se que por 19 anos (de 25 anos de Real), o reajuste salarial foi abaixo da inflação. Adicionando a esse pensamento as flutuações do Dólar, historicamente ascendente, novamente, facilita-se o entendimento de que o Real tem se mantido como uma moeda fraca, perdendo forte poder de compra tanto pelo efeito inflacionário quanto pela valorização do Dólar. Enaltece-se, de novo, que o Brasil está fortemente, conforme o gráfico 02, afetado por uma crise financeira desde 2013, anos antes da então pandemia de COVID-19. Desse modo, culpar o atraso do Brasil, outrora país do futuro, pelo contexto de saúde pública, é denegar o histórico de uma nação que passou mais anos perdendo para a inflação e dólar do que ganhando (Braga; Ernst, 2015; Dias, 2006; Wright; Spers, 2006).

Em vista disso, incluso os dados das tabelas 01 e 02 e do gráfico 01, a cesta básica encarece mais e mais com o passar do tempo, distanciando-se do essencial de verdade, embora sua nomenclatura a batize como “básica”. O acesso é dificultado porque o dinheiro da população vale menos. Isso devido ao Dólar, meio de negociação de centenas de mercadorias que se utilizam em todos os setores da economia, que segue se estabelecendo como uma moeda forte. Também, tem-se a questão do dragão da inflação, que segue rugindo fogo, transformando em cinzas qualquer ganho a mais que o trabalhador brasileiro consegue.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de reforçar os achados, depreende-se que alguns fatores econômicos não foram adicionados à discussão, dada a prerrogativa de se fazer um artigo mais enxuto e direto. Portanto, deixa-se sugestionado que, em um próximo estudo, outros fatores sejam considerados além dos já pontuados aqui, como: os altos impostos, má gestão financeira do Estado, histórico do PIB, geração de empregos, IGPM, e etc. Eram elementos demais para o proposto, entretanto, não se nega sua importância como dados ainda mais enriquecedores.

Pensar que o brasileiro é um povo que está enriquecendo, que o Brasil está podendo proporcionar isso às pessoas e que tudo é verdadeiro e digno de nota, é algo que motivou este estudo. Nessa motivação, no entanto, não havia desejo em corroborar esse ponto, mas confrontá-lo. Isso foi feito.

O plano Real conseguiu se provar, dentre todos os seus antecessores, ser o melhor. Por isso, ainda o se tem. Todavia, seu sucesso não é brilhante e talvez (e provavelmente é) o problema não seja a moeda em si, afinal está se falando de algo inanimado, atribuído valor emocional por aqueles que, supostamente, o controlam. Ocorre que, as medidas empregadas para o seu fortalecimento não têm causado grandes revoluções na facilidade de acesso do povo às condições mínimas de vida. O poder de compra do brasileiro está sendo corroído demais. Vende-se um país rico que na verdade está muito distante de qualquer realidade de uma economia de primeiro mundo.

O salário mínimo está longe do ideal, o Dólar impacta o preço de diversos produtos básicos para a vida da população e a inflação segue transcrevendo sua história de poder sobre

qualquer política econômica do país. Nesse sentido, até quando acreditar-se-á que as condições de vida no Brasil caminham sempre de forma positiva?

Não se deseja a imagem de pessimista a este artigo. Deseja-se a imagem de alguém que está encarando a realidade a partir da história que os dados e suas conjunturas demonstram. Não se deve negar uma verdade somente pela sua dureza. Deve-se pegá-la e, se é incômoda, transformá-la. É a expectativa que se tem: a de transformação.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. O Brasil de Lula. *Novos Estudos*, n. 90, nov., 2011.
- ARAÚJO, L. A. *Cenário econômicos*. Florianópolis: IFSC, 2014.
- BCB. *A economia brasileira*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2012/rel2012cap1p.pdf>. Acesso em 15 jan. 2022.
- BCB. *Histórico de metas para a inflação*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BCB. *Índice de preços*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/indicepreco>. Acesso em: 17 maio 2021.
- BCB. *Relatório da Administração (2018)*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/Documents/ra2018-versao-impressao.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.
- BCB. *Taxas de juro básicas: histórico*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, vol. 58, jun., 2014.
- BRAGA, D. V.; ERNST, A. Ser ou não ser "país do futuro", eis uma questão discursiva. *Ling. (dis)curso*, n.15, jan./apr., 2015.
- BRANCO, R. Commodity currencies: um fenômeno real no Brasil? *Revista de Economia Contemporânea*, n. 20, p. 92-112, 2016.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

- BRASIL. *Lei nº. 9.069 de 29 de Junho de 1995*. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9069.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.
- CARRARA, A. F.; CORREA, A.L. O regime de metas de inflação no Brasil: Uma análise empírica do IPCA. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, set/dez, p. 441-462, 2012.
- CASTELAR, A.; SICSÚ, J. *Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- CASTRO, H. C. O. *et al.* Percepções sobre o programa bolsa família na sociedade brasileira. *Opin. Publica*, n. 15, vol. 2, nov., 2009.
- CASTRO, M. S. P. *A política pública de assistência social e o estado brasileiro: assistencialismo, universalização ou focalização?* Natal, RN: EDUFRN, 2018.
- CHAVES, H. L. A.; GEHLEN, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 135, p. 290-307, maio/ago., 2019.
- DAMILL, M.; FRENKEL, R. Políticas e desempenhos macroeconômicos na América Latina entre 1990 e 2010. *Revista Tempo do Mundo*, v. 4, n. 1, abr., 2012.
- DEDECA, C. S. Os países desenvolvidos e a desigualdade econômica. *Econ. soc.*, n. 21, vol. 3, dez., 2012.
- DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nos municípios brasileiros. *Rev. Bras. Econ.*, n. 72, vol. 3, jul./sep., 2018.
- DIAS, G. L. S. Brasil: o futuro da economia. Dossiê Brasil: o país no futuro. *Estud. av.*, n. 20, vol. 56, abr., 2006.
- DIEESE. *Cesta básica de alimentos*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- DIEESE. *Em 2022, preço da cesta básica aumenta em todas as 17 capitais pesquisadas*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- DIEESE. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos - Janeiro de 2021*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202101cestabasica.pdf>. Acesso em 15 jan. 2022.
- DIEESE. *Metodologia da cesta básica de alimentos*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em 15 jan. 2022.
- DIEESE. *Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 07 ago. 2023.
- DIEESE. *Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos: dezembro de 2025*. São Paulo: DIEESE, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2025/202512cestabasica.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.
- FGV. *Índice geral de preços – mercado: metodologia*. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-03/metodologia-igp-m-jul-2019.pdf> Acesso em: 26 jan. 2026.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIRALDI, R. *Crises e tensões marcaram cenário mundial em 2012*. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2012/12/crisis-e-tensoes-marcaram-cenario-mundial-em-2012>. Acesso em 15 jan. 2022.
- GRASEL, D. Brasil: plano real e a estabilização econômica inacabada. *Informe GEPEC*, v. 09, n. 1, p. 1-11, 2005.
- IANONI, M. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. *Lua Nova*, São Paulo, n. 78, p.143-183, 2009.
- IPEAa. *Salário mínimo*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Taxa de câmbio do dólar comercial para compra (R\$/US\$) – série diária*. IpeaData. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38593>. Acesso em: 02 jan. 2026.
- JUNQUEIRA *et al.* Levantamento bibliográfico sobre a relevância da correção monetária nas demonstrações contábeis nas empresas brasileiras. *Revista Gestão em Foco*. 11. ed., p. 39-55, 2019.
- MARTELLO, A. *2012 foi ano de crise, mas economia já está acelerando, diz Mantega*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/2012-foi-ano-de-crise-mas-economia-ja-esta-acelerando-diz-mantega.html>. Acesso em 15 jan. 2022.
- MARTINEZ, T. S.; CERQUEIRA, V. S. Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA. *Econ. soc.*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 409-456, ago., 2013.
- NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à renda e inflação de preços de alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa bolsa família. *RESR*, Piracicaba-SP, vol. 53, p. 051-070, jan/mar, 2015.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. *O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90*. Disponível em:

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11316/1/A%20Economia%20Brasileira%20nos%20Anos%2090_O%20Desempenho%20Macroecon%C3%B4mico%20do%20Brasil%20nos%20Anos%2090_P.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

SALLUM JR., B. "Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro". *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p.11-31, 1997.

SANTANA, A. B. C.; SARTI, F. M. Avaliação dos indicadores de aquisição, disponibilidade e adequação nutricional da cesta básica de alimentos brasileira. *Ciênc. saúde coletiva*, n. 25, vol. 10, 2020.

SILVA, G. R. S. S. Taxas de juros negativas e inversão da curva a termo: uma interpretação à luz da Teoria da Preferência pela Liquidez. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 3, ago./dez., p. 897-925, 2021.

TORRES FILHO, E. T. Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao Dólar flexível. *Econ. soc.*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 621-639, dez., 2019.

TUROLLA, F.; OLIVEIRA, G. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 195-217, nov., 2003.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. *Fundamentos da Economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

WRIGHT, J. T. C.; SPERS, R. G. O país no futuro: aspectos metodológicos e cenários. Dossiê Brasil: o país no futuro. *Estud. av.*, n. 20, vol. 56, abr., 2006.